

Nomes, discursos e conciliação com o tempo

3.1 Do Ernesto Revolucionário ao Ernesto do “centro-ordem”:

A história de Pedro Ernesto está intimamente ligada à história da “Revolução de 30”. O adjetivo “revolucionário” seguiu a história do nosso prefeito desde o momento de sua ascensão pública – atrelado a “Revolução” – até o momento de sua retirada do centro do poder, quando em 1935 foi acusado de articular-se com os comunistas contra o governo varguista. Num primeiro momento a sua imagem é “colada” aos atributos positivos da “Revolução” que teria varrido do mapa um “Brasil atrasado”.¹ Já no outro momento sua figura é deslocada para a imagem do incansável “revolucionário”, daquele homem que não sabe parar seu “impulso à revolução” para que seja preservada a ordem necessária das coisas e do mundo.

O termo revolução foi trazido às ciências humanas pelo vocabulário moderno para designar no pensamento político, dentre várias possibilidades, “a tomada ilegal, usualmente violenta, do poder que produz uma mudança fundamental nas instituições de governo”.² A noção que os agentes históricos emitem sobre a “Revolução de 30” faz-nos perceber o intuito dos mesmos em marcar a diferença desses anos iniciais para com o passado da história nacional. Como Gomes destaca, os agentes sugerem “o estatuto de um novo começo na história do país” e este seria um “autêntico redescobrimiento do Brasil”.³

O reconhecimento público de Pedro Ernesto, em grande âmbito, teve início num momento fundamental da história do Brasil. Seria 1930, para os homens que o viveram, “o acontecimento mais importante da História do Brasil”. Fundem-se o homem e a Revolução. Metamorfoseiam-se os caminhos do homem e os caminhos da Revolução. O nosso Pedro Ernesto “revolucionário” seria como um filtro que perpassaria toda a história pública do homem. Pedro Ernesto estaria definitivamente ligado a um momento de re-significação da maneira de se pensar a terra e a história que

¹ Dentro do que chamamos neste trabalho de “versão historiográfica tenente”.

² Ver *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*, p.663.

³ Ver *Estado Novo: Ideologia e Poder*, p.112.

nela fazem os seus homens. São esses “homens de ação” que no pensamento moderno “urgem” grandes narrativas.

As fronteiras entre a anarquia e a ordem são pensadas com o pecúlio próprio do pensamento político até aquele momento possível. A Primeira República é colocada na versão explicativa dos tenentes num primeiro momento como antítese do que se deseja. Ela representa a “anarquia”, “o caos” e o “tumulto”.⁴ Esse tumulto deveria ser interrompido – assim como a revolução poderia interromper o “curso comum dos astros” – por uma revolução. Em um primeiro momento teríamos uma grande força caótica derrubando o próprio caos e forçando o mesmo posteriormente a se organizar e ganhar outro rumo, outra rota, outra “ordem”.⁵

Colocando no plural o que Gomes nos sugere: a revolução passa a significar uma violência “limitada”, identificada com *várias* propostas de ordem. Foram essas propostas que entraram em confronto em 1935.

Falaremos desta proposta, de como ela se articulou aos discursos emitidos por Pedro Ernesto, como ela foi atribuída por meios de comunicação a Pedro Ernesto e como ela “organizou” uma interpretação do que seria o “ideal” de ordem de Pedro Ernesto como agente singular e coletivo simultaneamente.

Logo após a derrota da oposição nas eleições de março de 1930, Oswaldo Aranha e Virgílio de Melo Franco, jovens líderes da Aliança Liberal, intensificaram os contatos com os “tenentes”, convidando-os a participarem de um movimento armado para depor o presidente Washington Luís. Vários obstáculos retardaram a marcha da conspiração. Getúlio Vargas e Antonio Augusto Borges de Medeiros, chefe do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), mostraram-se a princípio cautelosos. Em maio de 1930, Luís Carlos Prestes, exilado em Buenos Aires, recusando a chefia militar da revolução, desligou-se do movimento e denunciou a “aventura golpista” da Aliança Liberal. Prestes ainda tentou sem êxito obter o apoio de Pedro Ernesto para divulgar na

⁴ A própria idéia de “caos” retorna com força ao pensamento filosófico dos anos 30, com a inquietação trazida pela análise filosófica em torno da Teoria da Relatividade de Einstein. O mundo da física tradicional fora desmontado e o casamento proposto de *tempo e espaço* tornaria impossível distinguir as noções básicas de presente, passado e futuro. Neste sentido, se o que é passado já está escrito, o que é futuro também está. Isso criaria uma percepção de impossibilidade de arbítrio e, portanto, uma impossibilidade do “homem fazer a história”. Neste sentido o homem seria condicionado por ela e não a condicionaria. O caminho rumo a um Estado “autoritário” fora defendido por muitos projetos políticos como seqüência natural e inquebrantável da evolução dos próprios Estados. Houve uma tendência a “naturalizar” este processo.

⁵ Mostra-nos Ângela de Castro Gomes que os pensadores do Estado Novo interpretavam a Revolução de 30 sempre fazendo referência à interpretação política hobesiana. Vejamos: “... como se a sociedade brasileira se encontrasse em verdadeiro estado de natureza: desorganizada, em conflito e sem a presença de um soberano definidor capaz de dar-lhe orientação e vida”, p.114.

capital seu manifesto em favor da revolução agrária e antiimperialista. Em junho, Pedro Ernesto viajou a Belo Horizonte, a chamado de Virgílio de Melo Franco, levando uma carta de Alberto Lins de Barros para Leopoldo Neri da Fonseca, avisando que o Rio Grande do Sul daria início à revolução no dia 16 de julho. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente de Minas Gerais, considerou prematuro o lançamento da revolução e pediu a Pedro Ernesto que telegrafasse a João Alberto e Oswaldo Aranha dando conta de suas dúvidas e apreensões.⁶

O assassinato de João Pessoa em 26 de julho de 1930 deu novo alento às articulações revolucionárias, facilitando o trabalho de reaproximação entre Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Como mensageiro e representante dos gaúchos, Pedro Ernesto ajudou a convencer o ex-presidente da República Artur Bernardes a juntar-se à Revolução. Em fins de setembro, Pedro Ernesto encontrava-se em Belo Horizonte quando recebeu de Oswaldo Aranha uma mensagem contra-assinada por Lindolfo Collor, comunicando a data do levante de 3 de Outubro e as últimas instruções para a revolta na Capital Federal.⁷

De regresso ao Rio de Janeiro, Pedro Ernesto constatou a inviabilidade de qualquer ação militar na cidade. Em 29 de setembro, a polícia carioca descobriu o transporte de armas e munições numa ambulância de seu hospital, obrigando-o a fugir para Minas Gerais. Desencadeada a revolução no dia 3 de outubro, Pedro Ernesto organizou o corpo de saúde das forças revolucionárias no setor de Minas Gerais. Em 14 de novembro, vitorioso o movimento revolucionário e instalado o Governo Provisório chefiado por Getúlio Vargas, Pedro Ernesto foi nomeado diretor da Assistência Hospitalar do Distrito Federal.

Os fatos retrospectivos apresentados acima vinculam os passos do ‘indivíduo’ com a Revolução. Se a Revolução de 1930 produziu seus signos, sua versão vitoriosa contra um passado dito ‘atrasado’, os homens ligados à mesma receberam intimamente, em sua imagem política e pública, atributos ligados a ela.

As relações de forças que se confrontam por uma hegemonia da ‘memória’ podem ser alegoricamente comparada a um ‘furacão’. O ‘olho’ do furacão é seu centro, onde se situam os *estabelecidos*, próximos ao poder; sua periferia é o local dos

⁶ Arquivo Pedro Ernesto, PEB 36.04.01.

⁷ Arquivo Pedro Ernesto, PEB 36.05.02.

outsiders. Quanto mais longe do ‘centro’ mais os atores históricos sofrem os efeitos devastadores do ostracismo.⁸ Segundo Geertz, tais centros de poder:⁹

[...] consistem em um ponto ou pontos de uma sociedade, onde as idéias dominantes fundem-se com as instituições dominantes para dar lugar a uma arena onde acontecem os eventos que influenciam a vida dos membros desta sociedade de uma maneira fundamental.¹⁰

E continuando, “[...] o carismático não é necessariamente dono de algum atrativo especialmente popular, nem de alguma loucura inventiva; mas está bem mais próximo do centro das coisas”. Pedro Ernesto *enquadrrou o círculo*¹¹, alinhou a sua ‘imagem política’ por conta das sinuosidades históricas.

No plano político, Pedro Ernesto ganhou notoriedade como membro do Gabinete Negro, denominação dada pela imprensa ao grupo de “tenentes” e revolucionários de origem civil que se reunia no palácio da Guanabara em torno de Getúlio com o propósito de discutir o futuro do governo.¹² Em pouco tempo esse grupo percebeu a necessidade de se organizar politicamente a fim de fortalecer sua posição.

Segundo uma certa tradicional linhagem interpretativa que acaba por infiltrar diversas interpretações das ciências políticas, independentes de ideologias, é justamente nessas brechas do tempo histórico, presentes nas lendas de fundação, que emergem com mais força os verdadeiros dirigentes políticos.¹³ De Hobbes a Arendt temos essa permanência. ‘Revolucionário’ e com sua auto-imagem atrelada às ‘benesses’ da Revolução, muitas congratulações ao fato foram rendidas a Pedro Ernesto. Segundo Michael L. Conniff, “respeitado pelos revolucionários históricos e íntimos de Vargas, Pedro Ernesto veio a ser o elo fundamental entre os revolucionários e o chefe do Governo Provisório”¹⁴.

Neste mesmo ano como manifestações das ‘trocas políticas’ nos anos iniciais do governo provisório, Pedro Ernesto, agradeceu em discurso à Rádio Cajuti, a

⁸ Sobre os conceitos de ‘estabelecidos’ e ‘outsiders’, Norbert Elias, *Estabelecidos e Outsiders*.

⁹ Sobre ‘centros de poder’, Clifford Geertz, *O saber local*.

¹⁰ Geertz, 1988, p. 184.

¹¹ Expressão originalmente cunhada por Zygmunt Bauman, em *O mal estar da Pós-modernidade*, e que identifica o fenômeno de enquadramento da memória.

¹² Sobre essa atribuição “Gabinete Negro”, Nelson Werneck Sodré, *A História da Imprensa no Brasil*.

¹³ Arendt, 1971, pp. 202-3.

¹⁴ Cf. Michael Conniff, *Urban Politics in Brazil*; Odilon Batista, *Depoimento* e Hélio Silva, *1930: a revolução traída*.

homenagem prestada no palácio da Guanabara, por ser considerado *um leal revolucionário*, e assegurou o cumprimento dos ideais da Revolução:

A Revolução, aspiração de todos os brasileiros que desejavam o concreto, a melhoria, a cura dos males que nos afligiam, era um pensamento em meu cérebro desde 1922. Eu não acreditava, mesmo nos piores momentos de dúvidas, que um dia não fosse uma realidade e, assim, em períodos bem longos, com um número insignificante de companheiros, procurávamos diariamente os meios de manter e propagar a volta das esperanças perdidas de muitos...¹⁵

O discurso começa por estabelecer relações entre a Revolução e a aspiração do ‘povo’, o que indica as peculiaridades do discurso radiofônico no início da década de 1930. Revolucionários e ‘brasileiros’ se alinham. Este aspecto é fundamental se compararmos as “tipologias” dos discursos distantes dos políticos durante a República Velha, e a proximidade que Pedro Ernesto expressa em sua linguagem para com o ‘povo’. Apesar do confronto com discursos elitistas que ainda vigoravam no período, as ‘relações de troca’, falando para o povo e com o povo, era uma linguagem que simbolicamente os aproximavam.

No contexto do discurso à rádio Cajuti se ressalta uma projeção de memória anterior à 1930 e à Revolução. Assim, de certa forma – conscientemente ou inconscientemente, essa não é a questão – Pedro Ernesto traz para si a ‘imagem’ do revolucionário, que reivindicara anos antes pelo projeto que se configurava no seu tempo presente. Dessa forma nosso personagem remete-se a atributos de classificação à sua auto-imagem. Classificar significa separar segregar. Segundo Bauman¹⁶, a classificação significa:

primeiro postular que o mundo consiste em entidades discretas e distintas; depois que um grupo de entidades tem um grupo de entidades similares ou próximas ao qual pertence e com as quais conjuntamente se opõe a algumas outras entidades; e por fim tornar real o que se postula, relacionando padrões diferenciais de ação a diferentes classes e entidades.¹⁷

Pedro Ernesto num primeiro momento se faz separar dos “revolucionários de última hora”, dos conhecidos no senso comum como “vira-casacas”, depois se une “a

¹⁵ Todos os discursos de Pedro Ernesto às rádios se encontram no MIS – Museu da Imagem e do Som, n.110, dezembro de 1931.

¹⁶ Zygmunt Bauman, *Modernidade e Ambivalência*.

¹⁷ Bauman, 1999:9.

um grupo insignificante de companheiros”, e essa anexação acaba por dar unidade ao grupo de “revolucionários”, tornando através da reivindicação da memória sua identidade real. Lembramos que todo discurso que se pretende como ‘forjador’ de identidade, também se pretende verossímil, e durante esse processo buscam-se ‘versões’ que lhe confirmem legitimidade. Cabe através dessa “descrição densa” do discurso, identificar na palavra “insignificante” a marca do desejo de indicação de um grupo pequeno de ‘merecedores’ dos desígnios revolucionários, mais uma vez negando *accessus* aos ‘pseudoeleitos’ da revolução.

A força do discurso indica a força dos ‘momentos históricos’. Lembrando Braudel, ao definir as noções da temporalidade histórica, apontamos para a importância do encadeamento desse evento – um discurso – no desenvolvimento das atribuições significativas do tempo histórico.¹⁸ Parafraseando Bahia: “mesmo sendo efêmero, o evento pode revelar a complexidade de significados expressos pelos atores sociais envolvidos no seu desenvolvimento”.¹⁹ E é sobre um acontecimento significativo que nos prenderemos agora para termos noção do “calor político” no momento pré-constituente: o empastelamento do jornal *O Diário carioca*.

3.2 Pedro Ernesto diretor do Departamento Nacional de Assistência Pública

A experiência clínica e administrativa de Pedro Ernesto e seu renome profissional o fizeram um dos mais respeitados e conhecidos profissionais da cidade. Somava-se a estes a sua participação efetiva no movimento revolucionário, chefiando o serviço médico das tropas militares em Minas Gerais, o que fez com que sua imagem fosse atrelada ao “centro motriz político” da Revolução.

Getúlio Vargas também precisava estabelecer sólidas bases de sustentação política no Distrito Federal, visto que nas eleições presidenciais a Aliança Liberal não tinha obtido um número expressivo de votos na cidade. Nomeando Pedro Ernesto para o Departamento Nacional de Assistência, Vargas ampliava suas bases de sustentação política neste importante reduto eleitoral.

¹⁸ Ver Fernand Braudel, “A Longa Duração”, in: *História e Ciências Sociais*.

¹⁹ Ver Joana Bahia, *O Perigo Alemão: breve análise de um conflito étnico*, p.21.

A imprensa²⁰ noticiou a nomeação de Pedro Ernesto com reportagens favoráveis à mesma. Destacamos a reportagem do *Jornal do Brasil*:

Não podia ter sido mais feliz a escolha do novo diretor da Assistência Hospitalar do Brasil. Cientista e patriota, o novo diretor da Assistência Hospitalar do Brasil sempre se distinguiu pela actuação desassomburada e eficiente em prol da realização dos ideaes revolucionários, sob cujo lábaro se alistou na jornada memorável de 1922, prestando de então para cá, os mais assinalados serviços ao advento do Brasil novo.²¹

O discurso do *Jornal do Brasil* reproduz o discurso da “narrativa tenente” para explicar a nomeação de Pedro Ernesto, narrativa poderosa que chega aos meios de comunicação. O ano de 1922 é apresentado como marco inicial de uma “jornada memorável”, jornada que teria se iniciado deste ano e estabelecido a oposição aos “tempos sombrios”, ao passado que seria “varrido” pelo Brasil do presente – “Brasil novo”.

Ser patriota estava associado à participação em todo o processo que teria levado à Revolução de 1930. O discurso apresenta atípica estrutura de discursos que anunciam os “tempos novos”. A oposição se faz usando as tradicionais oposições de “luz” e “sombras”. A atuação de Pedro Ernesto segundo o jornal foi “desassomburada”. Ele não teria escondido, nem nos momentos mais difíceis, sua atuação em prol da Revolução.

Os “ideais” da revolução é que dariam o tom da ação do homem Pedro Ernesto. Ações estas que jamais macularam os ideais já que as mesmas estão condicionadas a uma “jurisdição moral” superior.

O “tom” da reportagem tem muito do que Todorov chama de “comemoração”: “a história complica nosso conhecimento do passado; a comemoração a simplifica, já que seu objetivo mais freqüente é o de nos fornecer ídolos a venerar e inimigos a abominar. A primeira é sacrílega, a segunda sacralizante”.²² A matéria fornece um ídolo ligado a uma narrativa épica, no sentido que o épico tem de relatar “acontecimentos extraordinários e memoráveis”. Há também a ação de sacralizar o homem dentro da história.

²⁰ *A Noite*, 14/11/1930, p. principal, *Diário de Notícias*, 15/11/1930, p. principal com foto; *O Globo*, 14/11/1930, p. principal; *Correio da Manhã*, 15/11/1930, p. 3 e 19/11/1930, p. 3.

²¹ *Jornal do Brasil*, 16/11/1930, p. 9. Nota de esclarecimento: nesta época, as primeiras páginas deste periódico eram destinadas a classificados diversos, sendo as notícias internacionais, nacionais e locais apresentadas nas páginas seguintes.

²² Todorov, *Memória do mal, tentação do bem*, p.155.

A Revolução é apontada com o que Gomes chama de “estatuto de um novo começo na história do país”.²³ E surpreende-nos a rapidez das classificações. Após os acontecimentos que levaram à tomada do poder rapidamente as narrativas buscaram se “estruturar” para dar coerência ao presente vivido. A revolução passa a significar uma “mudança não violenta” – para preservação do povo – identificada ainda no governo provisório com várias propostas de ordem.

Aqui abordaremos a proposta de ordem que está ligada a figura de Pedro Ernesto. Ordem que se “legitimaria” segundo a matéria de jornal por seu articulador ser, além de um “patriota”, um “cientista”. O “Brasil” novo tem um homem à frente de seu ‘Departamento Nacional de Assistência Público’ que se identifica com a proposta de um Brasil moderno, de um Brasil que deveria buscar na “ciência” e na “técnica” caminhos para a resolução de suas questões – e acima de todas as demais estava a questão social. Um novo Brasil exigia à frente de cargos importantes “homens” ligados ao que se credenciava como o “novo”.

Aparecem nos constructos das narrativas uma proposta de interpretação historiográfica acionada pelos tenentes: a crença de que a época presente abre sobre o futuro a perspectiva de uma “novidade” – “refundar” a História –; a crença de que a mudança para melhor se acelera e, por fim, a crença de que os homens são cada vez mais capazes de fazer sua história. Foi negociado o “Tempo Novo” em associação com a aceleração do progresso (progresso que estava associado à ocupação de cargos públicos por parte de técnicos e especialistas nas respectivas áreas) e a disponibilidade da história (principalmente para “comparação” entre o passado ruim, o presente bom e o futuro que há de ser “excelente”). A história dá a “chance” a homens para que eles a tomem e imprimam seus desígnios.

Era essa crença que os tenentes compartilhavam e que queriam fazer vencedora frente a outros projetos de memória que buscavam legitimar-se também. Para isso eles usaram os mesmos mecanismos que atores sociais usam para fazer representativa sua memória: elegeram acontecimentos fundamentais, criaram nexos interpretativos relacionando presente, passado e futuro, elegeram também os “protagonistas” da sua “narrativa” e, neste processo de seleção, excluíram também os fatos que “não faziam jus” à grandeza da história pretendida. Tratava-se de uma

²³ *Estado Novo: Ideologia e Poder*, p.112.

narrativa histórica que buscava o convencimento público, mas também o próprio convencimento de seus “narradores”.

Como nos sugere Todorov houve uma “adaptação do passado às necessidades do presente”. Até mesmo o esquema narrativo, que preestabelece uma visão sobre o que é o “narrador”, o “objeto narrado” e o “público” a que se destina, sugere que o narrador “é quem sabe”, e o público deve se contentar com aprender; imagina-se uma platéia muda por ocasião do discurso do prefeito. No discurso apresentado acima se projeta “uma história narrada” e o “acontecimento” torna-se também uma “comemoração”.

O “jornal” se torna “testemunha”, no que Todorov chama o “indivíduo ou instituição que convoca suas lembranças para dar uma forma, portanto um sentido, à sua vida, e constituir assim uma identidade”.

Agora apresentaremos a estrutura do órgão para o qual Pedro Ernesto fora nomeado. Inicialmente, o Departamento Nacional de Assistência Pública estava subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Por esta razão, Pedro Ernesto foi empossado por Oswaldo Aranha, titular daquela pasta.²⁴ Em dezembro de 1930, o recém criado Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública²⁵ era composto pelo Gabinete do Ministro, pela Diretoria de Contabilidade e por quatro Departamentos, a saber: o Nacional de Ensino, o Nacional de Saúde Pública, o Nacional de Medicina Experimental e o Nacional de Assistência Pública.²⁶ Com sua nomeação, Pedro Ernesto passou a dirigir este último Departamento, ficando submetido à autoridade de Francisco Campos.²⁷

Cabe ressaltar que ainda que a palavra nacional possa sugerir um sentido de abrangência de ação a todo território brasileiro, as atividades e responsabilidades deste Departamento não ultrapassavam os limites do Distrito Federal. Embora a Constituição de 1891²⁸ não fosse específica com relação às questões de saúde, nela estava

²⁴ A nomeação de Pedro Ernesto para o cargo de diretor foi publicada no *Diário Oficial* de 14 de novembro de 1930. Ele tomou posse no dia 18 de novembro de 1930.

²⁵ BRASIL. Decreto número 19.402, de 14/11/1930.

²⁶ BRASIL. Decreto número 19.444, de 14/11/1930. Este decreto dispõe sobre os serviços que ficam a cargo do Ministério da Educação e Saúde Pública e dá outras providências.

²⁷ Francisco Campos foi um dos mais importantes personagens políticos da década de 1930. Participou das articulações que levaram ao movimento armado de 1930. Assumiu a direção do recém-criado Ministério da Educação e Saúde, devido à sua atuação à frente dos assuntos educacionais em Minas Gerais. No cargo de ministro, promoveu a reforma do ensino secundário e universitário no país.

²⁸ Artigos numero 5 e número 34.

estabelecido que ao governo central cabia a responsabilidade dos serviços existentes no próprio Distrito Federal.

A passagem de Pedro Ernesto à frente do “Departamento Nacional de Assistência Pública” foi curta: durou apenas 11 meses. De uma maneira geral sua atuação teve um caráter fortemente administrativo e financeiro.²⁹

Com o intuito de avaliar as condições financeiras, técnicas e a distribuição de leitos em unidades de assistência no Distrito Federal, Pedro Ernesto visitou vários hospitais, creches e asilos durante os meses em que esteve à frente do Departamento. A mídia acompanhava todas as suas visitas e contribuiu para que Pedro Ernesto se tornasse cada dia mais “popular”. Diversos adjetivos atribuindo qualidades ao “homem do povo” apareciam sistematicamente nos jornais. Todas as visitas estão detalhadamente contadas e assim o “jornalismo” alimentava a curiosidade daqueles que queriam saber dos passos do homem público Pedro Ernesto. Nessas reportagens temos fotos de Pedro Ernesto com idosos, crianças etc. A narrativa constante segue a mesma estrutura: mostrar e provar a proximidade deste homem político com os populares.³⁰

Depois destas visitas e diante das dificuldades financeiras encontradas e da situação econômica que o país atravessava, Pedro Ernesto decidiu suspender as obras de construção do Hospital das Clínicas na Mangueira. Outro fator que influenciou esta sua decisão foi o fato de recaírem sobre aquela obra suspeitas quanto aos altos gastos não comprovados. Ademais, a elite médica questionava os gastos despendidos em sua construção, sua localização geográfica e a população que seria atendida ali.

Aos poucos, Pedro Ernesto foi constatando três problemas que afetavam o bom funcionamento do Departamento: a má administração, a falta de recursos financeiros e a insuficiência de leitos. Para estes problemas encontrou soluções possíveis e compatíveis com o orçamento de que dispunha.³¹

²⁹ Entre as várias unidades hospitalares que estavam subordinadas àquele Departamento duas apresentavam problemas financeiros relacionados com dívidas com fornecedores de material de consumo: o Hospital São Francisco de Assis e o Hospital D. Pedro II – ainda em funcionamento hoje. Informações que aparecem no jornal *A Noite*, 16/12/30, p. principal, com foto.

³⁰ Cito algumas reportagens sobre visitas: *Jornal do Brasil*, 16/01/1931, p. 11, com foto; *Correio da Manhã*, 07/03/1931, p. 3, com foto; *A Noite*, 07/03/31, p. 3; *A Noite*, 11/03/1931, p. principal; *Correio da Manhã*, 12/03/1931, p. 2, *A Noite*, 16/03/1931, segunda edição, p. 4, com foto.

³¹ Pedro Ernesto determinou a revisão da relação de leitos com subvenção governamental presentes na “Caixa de Subvenções”. As “caixas de subvenções” eram auxílios prestados pelo Estado a instituições de ensino e de caridade como hospitais, creches, maternidades e de proteção à infância, ligadas à Igreja Católica. Kenneth P. Serbing, *Igreja, Estado e ajuda financeira pública no Brasil: 1930-1964: estudo de três casos chaves*, Textos (CPDOC, RJ/FGV, 1991). Além disso, dotou a Inspeção Técnica da “Assistência Hospitalar” de poder para controlar gastos, elaborar e executar projetos para ampliação de enfermarias e maternidades. Para aumentar a base de arrecadação, Pedro Ernesto propôs ao Governo

Em geral, durante as visitas a hospitais, creches e asilos, Pedro Ernesto constatava que o número de leitos estava aquém do necessário para o atendimento à população. Além disso, a imprensa diariamente publicava denúncias freqüentes da falta de leitos para os pacientes.³² Sob o título “para solucionar o problema chama o doutô”, o jornal *A Noite* informava:

Uma excursão do Dr. Pedro Ernesto e Belisário Penna hontem, à Ilha Grande, quando foi entregue o Lazareto ao Departamento de Assistência. Na visita, as autoridades demonstraram a preocupação do Ministério da Educação e Saúde Pública com o problema hospitalar da capital, onde há poucos leitos e muitos doentes.³³

Para aumentar o número de leitos na cidade, Pedro Ernesto transformou a construção já em andamento de um prédio no bairro do Estácio, em Hospital de Triagem, Centro de Assistência Pública e sede do Departamento Nacional de Assistência Pública.³⁴ Além disso, três meses após a sua posse, inaugurou a maternidade, a enfermaria e o ambulatório de ginecologia do Hospital São Francisco de Assis. No Hospital D. Pedro II, determinou que o número de pacientes atendidos não fosse limitado pelo horário de abertura daquele serviço nem controlado pela ordem de chegada dos pacientes.³⁵

Preocupado com a preservação da qualidade no atendimento, Pedro Ernesto determinou o fechamento do Hospital de Alienados da Praia Vermelha³⁶ e do Hospital dos Marítimos pelas péssimas condições oferecidas aos pacientes. Para não prejudicar o atendimento a esta clientela, determinou a imediata ampliação dos leitos do Hospital de Psicopatas e do Hospital D. Pedro II. Os pacientes tuberculosos que estavam naqueles hospitais foram transferidos para o Hospital São Sebastião – unidade dedicada ao atendimento de doenças infecto-contagiosas. Com essa medida, foram abertos novos leitos no Hospital de Psicopatas e no Hospital D. Pedro II.³⁷

Federal a arrecadação de impostos sobre bebidas para a formação de um fundo de custeio – informações oriundas de *A Noite*, 19/05/1931, p. principal, com foto.

³² *A Noite*, 29/12/30, p. 2, com foto; *Diário de Notícias*, 30/12/1930, p. 3.

³³ *A Noite*, 29/12/30, ed. matutina, p. principal, com fotos.

³⁴ *A Noite*, 24/03/1931, p. principal, com foto; 08/05/1931, p. 2, com foto; 09/05/1931, p.2, com foto, *Correio da Manhã*, 09/05/1931, p.3; 10/05/1931, p. principal, com foto.

³⁵ *A Noite*, 26/01/1931, p. 2; 09/03/1931, p.2, com foto.

³⁶ O Hospital estava situado no prédio em que, até o final de 1960, funcionavam as instalações da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

³⁷ *Correio da Manhã*, 11/12/1930, p. principal; *A Noite*, 13/12/1930, p. principal; 22/12/1930, p. 2; 29/12/1930, ed.extraordinária, p. principal, com foto; 29/12/1930, p. 2, com foto.

Nestas unidades, Pedro Ernesto determinou o aumento do número de refeições servidas aos pacientes e a capacidade de abastecimento de água. Na Colônia de Psicopatas de Jacarepaguá e no Hospital São Francisco de Assis aumentou o número de leitos femininos.³⁸

Pedro Ernesto conseguiu, portanto, resolver, ainda que parcialmente, os problemas da escassez de leitos nas unidades sob responsabilidade do poder central. As melhorias nas instalações físicas revelam que o diretor conseguiu distribuir de forma satisfatória os recursos financeiros destinados àquele órgão.³⁹

O sucesso de suas ações como diretor do “Departamento Nacional de Assistência Pública” criou um hiato. Enquanto os serviços de assistência ligados ao poder central iam se reestruturando sob a coordenação de Pedro Ernesto, a Assistência Municipal, subordinada à Prefeitura do Distrito federal, recebia críticas veementes na imprensa pelo péssimo atendimento médico fornecido à população.⁴⁰ Em uma de suas páginas, o jornal carioca *A Noite* anunciava: “Morre-se no Rio, por falta de assistência hospitalar. [...] os populares atenderam uma senhora que caiu à Rua de Santana [...] nos hospitais não há vagas!”⁴¹

Além disso, Adolpho Bergamini – à época interventor do Distrito Federal – tomou medidas que desgastaram sua imagem pública e abriram caminho para a indicação de Pedro Ernesto sucedê-lo neste cargo. Uma das iniciativas que desgastou a imagem de Bergamini foi sua determinação de limitar o acesso dos repórteres no Hospital de Pronto Socorro.⁴² Pedro Ernesto foi indicado, mas declinou do convite, para compor uma comissão composta por personalidades do meio médico, jornalístico e político, com o objetivo de avaliar o incidente. Bergamini não foi também muito hábil politicamente. Por um lado, estabelecia uma interlocução direta com Lindolpho Collor, Ministro do Trabalho, não respeitando a posição de Vargas como chefe do Governo. Por outro, dava pouca relevância aos líderes tenentistas locais. Essas atitudes tornaram sua presença no cargo insustentável.

É possível que diante deste quadro e com os bons resultados que o diretor do ‘Departamento Nacional de Assistência Pública’ apresentou nos últimos meses, o Chefe

³⁸ *A Noite*, 02/10/1931, segunda edição, p. principal, com foto.

³⁹ *A Noite*, 16/12/1930, p. principal, com foto.

⁴⁰ *Jornal do Brasil*, 24/03/1931, p. 4.

⁴¹ *A Noite*, 04/05/1931, p. principal, com foto.

⁴² *Correio da Manhã*, 22/08/1931; *A Noite*, 28/08/1931.

do Governo Provisório tenha tido sólidas razões e inteira confiança para convidar Pedro Ernesto para assumir o cargo de interventor do Distrito Federal.

Assim, pouco depois da cerimônia de colocação da cumeeira no Hospital da Triagem e de apresentar as inovações do projeto para aquela unidade, Pedro Ernesto recebeu e aceitou o convite para ser o interventor do Distrito Federal.⁴³

No dia primeiro de outubro de 1931, Pedro Ernesto foi nomeado por Getúlio Vargas interventor do Distrito Federal.⁴⁴

3.3 Ernesto Interventor

Os quatro anos que esteve à frente da prefeitura do Distrito Federal, como interventor, marcaram de maneira indelével a passagem de Pedro Ernesto no poder. As marcas de sua gestão podem ser percebidas nas diversas escolas e hospitais que ajudou a construir. A cidade do Rio de Janeiro é, ainda hoje, aquela que detém a maior rede pública de saúde e educação do Brasil, graças à sua intervenção e visão política.

Na educação, Pedro Ernesto nomeou Anísio Teixeira para ocupar a “Diretoria de Instrução”. A reforma que o educador programou e os princípios que a ordenaram ainda hoje influenciam e formam pedagogos e escolas.

A administração de Pedro Ernesto na área da assistência médica tem um marco: a promulgação do Decreto nº 4252 em 8 de junho de 1933. Em nosso entender, esta promulgação evidencia uma intenção, e que foi materializada nos anos seguintes. Sua vontade era criar e reformar a rede pública de hospitais e dispensários em diferentes bairros da cidade, sobretudo naqueles onde residiam as classes popular e operária. A partir de junho de 1933 as obras foram iniciadas e muitas foram inauguradas durante a sua gestão.

Os jornais cariocas que circularam nos dias que se seguiram à sua posse enfatizaram a presença de autoridades políticas àquele ano. A primeira página de *A Noite*, ilustrada com foto da solenidade, afirmava: “A posse do Dr. Pedro Ernesto revestiu-se de grande brilhantismo e inaugura Novos Tempos para a Capital”.

Segundo o mesmo periódico, estiveram presentes os ministros Oswaldo Aranha (Justiça), Lindolpho Collor (Trabalho), General Leite de Castro (Guerra), Almirante Protógenes Guimarães (Marinha), José Américo de Almeida (Viação). Os

⁴³ *A Noite*, 26/09/1931, p. principal; 01/10/1931, p. principal, com foto.

⁴⁴ *A Noite*, 01/10/1931, p. principal; *Correio da Manhã*, 02/10/1931, p. principal, com foto.

funcionários municipais se fizeram representar. Amigos e futuros integrantes de equipe do interventor também estavam presentes. Entre os membros da categoria médica destacou-se o Dr. Manoel de Abreu, que ao discursar revelou a importância que a categoria dava ao fato de ter um médico no cargo máximo da cidade.

A presença de tantas autoridades denota que Pedro Ernesto chegou àquele cargo com prestígio político, confiança pública e expectativa de que sua competência como dirigente se confirmasse novamente, agora à frente a prefeitura da capital do país.

As frases do jornal que iniciam a reportagem dão a medida do acontecimento:

Teve o caráter de apotheose a posse do Dr. Pedro Ernesto no cargo de governador da cidade. Sem dúvida foi a escolha de um inegável brasileiro, de um grande patriota que serve de exemplo ao seu povo.

O discurso atualizado enquanto evento. A fala do jornal torna-se acontecimento. O ato ‘interlocucionário’ investe a linguagem da “função emotiva”. Nas matérias de jornais há um encontro do “material” veiculado para com o material “oficial” do discurso tenentista. O discurso visa constituir-se em uma “escola de patriotismo” para difusão de uma “educação cívica e militar” junto ao povo. Veremos a estruturação desse discurso também nas mensagens de rádio emitidas por Pedro Ernesto.

Esses discursos tencionam a construção de um patriotismo consciente e cultural voltado para a ação. Incluir o “povo” na “apotheose” – até porque sem “ele” não há apoteose. Verificamos até mesmo o uso da linguagem popular carnavalesca. Buscando o sentido da palavra “apotheose” em alguns dicionários da década de 1930, temos: “Deificação, ação de incluir entre os deuses”, “cerimônia de deificação dos imperadores e heróis, depois de sua morte”, “honras extraordinárias concedidas a alguém”, “cena final nas peças alegóricas ou fantásticas, em que as personagens estão representadas numa espécie de glória celeste”.⁴⁵ Percebemos a tentativa de “mitificação” do acontecimento.

Nas matérias que dizem respeito ao acontecimento vemos toda a biografia de Pedro Ernesto ser contada minuciosamente. Nas partes referentes à exaltação biográfica são criados os nexos interpretativos que levaram o homem à sua “apotheose final”. O encontro da gênese do homem “nordestino” e “simples” com o médico – arquétipo do

⁴⁵ Definições extraídas do *Dicionário Larousse*.

“*sefmademan*” – consagrado. Ocorre a morte simbólica do homem afastado da “possibilidade de exercer” o poder político e o reinício na sua incorporação a um cargo digno de sua capacitação.

3.4 Ernesto e O Clube 3 de Outubro

‘Revolucionário’ e com sua auto-imagem atrelada às ‘benesses’ da Revolução, muitas congratulações a sua indicação como interventor foram-lhe rendidas.

No plano político, Pedro Ernesto ganhou notoriedade como membro do Gabinete Negro, grupo que, como mencionamos antes, buscava se organizar politicamente a fim de fortalecer sua posição. Com essa preocupação, Pedro Ernesto entrou em contato com diversos revolucionários históricos, convidando-os a participar em fevereiro de 1931 de uma reunião na casa de Afrânio de Melo Franco, ministro das Relações Exteriores. No encontro foram lançadas as bases do Clube 3 de Outubro, que teve como primeiro presidente o General Pedro Aurélio de Góis Monteiro, chefe das operações militares da Revolução de 1930, e como vice-presidente o próprio Pedro Ernesto. Diversas homenagens a esses representantes do Clube atribuem as imagens coladas dos mesmos à Revolução e marcam diferenças quanto ao ‘centro de poder’ – o que mais adiante os fez entrar em confronto.

Ao longo de 1931, o Clube 3 de Outubro fugiu, entretanto, ao controle do general Góis Monteiro. No mês de junho, Pedro Ernesto assumiu a presidência da organização, imprimindo-lhe uma posição de lealdade irrestrita a Vargas e conduzindo-a ao seu máximo de influência política. Por sua vez, Vargas serviu-se do Clube 3 de Outubro como instrumento estratégico para consolidar seu poder e resistir às pressões em favor da imediata realização de eleições.

Os primeiros anos do governo Vargas foram marcados pelo que Ângela de Castro chama de um período de “confrontos e compromissos no processo de constitucionalização⁴⁶”.

Segundo Afonso Arinos, o momento de ruptura política pode ocorrer “por meio de revoluções que, vindas de fora do poder existente, o suprimem; ou por meio de

⁴⁶ Ver Boris Fausto(org). *O Brasil Republicano*(vol.10), in Confronto e compromisso no processo de constitucionalização,p.8.

golpes de Estado que, nascidos dentro desse poder, o transformam [...]”.⁴⁷ Nossa ruptura teria as características da segunda opção.

O debate em torno da constituição nos primeiros anos da década de 1930 fez com que o período fosse conhecido pela historiografia unanimemente como de “acentuada instabilidade política em face de incapacidade de qualquer dos grupos dominantes em assumir como expressão do conjunto da classe dominante, o controle das funções políticas” do Estado.⁴⁸

A Constituição de 1934 não foi uma consequência imediata dos acontecimentos de 1930. As forças políticas vencedoras e perdedoras do movimento anterior puderam se reerguer e exigir suas parcelas de participação na mesma.

O Clube 3 de Outubro defendeu a “representação classista” para todos os órgãos coletivos de natureza política do país. Os setores perdedores no processo anterior – representado em grande parte pelos paulistas – queriam uma representação proporcional. Segundo depoimento de Augusto Amaral Peixoto, “a inclusão da representação de classes no Código Eleitoral de 1932 fora uma demonstração de força e prestígio do Clube 3 de Outubro”.⁴⁹ Segundo Gomes, “em mãos de Getúlio Vargas a medida foi anexada por insistência de alguns tenentes”.⁵⁰ Precisamos dimensionar a importância dos tenentes e do Clube 3 de Outubro na tentativa de construção de uma nova ordem.

Nas palavras do próprio Vargas podemos perceber a dimensão do acontecimento:

O governo revolucionário, responsável pelo saneamento dos costumes políticos contra os quais a Nação se rebelou, não poderia cogitar de reorganizá-la constitucionalmente, antes de aparelhá-la para manifestar, de modo seguro e inequívoco, a sua vontade soberana. A reforma eleitoral que era, para mim, compromisso de candidato [...] tornou-se inadiável ao assumir a chefia do governo revolucionário.⁵¹

E sobre os adversários da Revolução, Vargas afirmou:

⁴⁷ Afonso Arino de Mello Franco, “Exclusivo: o recado de Arinos a Geisel”, Revista *Isto É*, São Paulo, 03/05/78, pp.16 e 17.

⁴⁸ Francisco Weffort, “O populismo na política brasileira”, in: *Brasil: Tempos Modernos*, p. 61.

⁴⁹ Depoimento de Augusto Amaral Peixoto. História Oral, CPDOC, FGV.

⁵⁰ Ângela de Castro Gomes, “Confronto e compromisso no processo de constitucionalização”, in: *O Brasil republicano*, 1997, p.31.

⁵¹ Discurso de Getúlio Vargas na sessão solene de instalação da Assembléia Nacional Constituinte em 15/11/1933. Brasil, Assembléia Nacional Constituinte de 1934, Anais, Rio de Janeiro, Imp.Nac., 1935 vol.1, p.53.

“Todos os adversários da Revolução acham-se unidos por um objetivo comum, que é a posse do poder, de que foram afastados, pela revolução de 1930, ou posteriormente, por uma seleção necessária, dentro do próprio Governo revolucionário [...]”.

“As diversas correntes revolucionárias necessitam oferecer uma frente coesa ao adversário comum [...]”.

“Todos os Estados deverão, por seus elementos de governo e correntes revolucionárias, deixar bem clara a união contra a desordem, independentemente de qualquer divergência de caráter ideológico que possa existir entre suas correntes políticas [...]”.

“Esta coligação será o primeiro elo de união e o primeiro passo para a formação de um partido político nacional [...]”.

“Os interventores podem e devem interessar-se pela arregimentação política dos elementos que fizeram a revolução [...], pois só assim a obra de reconstrução revolucionária será amparada e protegida no próximo regime constitucional”.⁵²

Os interventores são apresentados como elementos centrais para o cumprimento do projeto político de Vargas. Ocupavam os cargos de interventores pessoas de confiança do governo provisório e pessoas que tinham a memória ligada aos acontecimentos de 1930. Essas figuras da administração estadual eram responsáveis pela integração de sua esfera de poder para com a esfera federal.

O discurso de Vargas urge objetivamente pelo desejo de um partido político poderoso que abrangesse todo o território nacional. Esse partido deveria ser forjado no centro do poder federal, ou seja, na própria capital. Membros do Clube 3 de Outubro tiveram o intuito de transformar o Clube nesse partido desejado. Como veremos mais à frente a conjuntura política impediu a concretização dessa idéia.

O discurso de Vargas apresenta o que Carl Schmitt chama de a categoria mais básica da política: a distinção entre amigo e inimigo.⁵³ A única garantia da permanência da categoria “amigo” é o sacrifício pelos ideais revolucionários. No discurso de Vargas a categoria “inimigo” é a ‘chave’ para um entendimento simplório e que tem o intuito de ser universalizante: quais são as fissuras, como fragmentá-lo e com quem, como construir o consenso, quais as relações de força e consciência possíveis.

Vargas pontua a noção de união indiferentemente das diferenças ideológicas dos estados para a manutenção do corpo do Estado. O adversário comum que deve ser combatido eram as forças que ocupavam o “centro” do poder político no passado anterior que deveria ser esquecido. O discurso de Vargas deixa claro ao ouvinte que essas forças estão se reagrupando.

⁵² Arquivo Getúlio Vargas (GV. 33.02.15), CPDOC, FGV.

⁵³ Ver Carl Schmitt, *Teologia Política*, p.53.

Foi neste sentido que o Clube 3 de Outubro saiu, por vezes violentamente, em defesa da “ordem” proposta por Vargas. A mesma estrutura de identificação básica da política foi proposta pelos membros do Clube nas formas de atuação dos mesmos no meio público. Veremos agora um acontecimento que marca essa forma de definir os que estão “dentro” do padrão revolucionário de conduta imaginada pelo Clube, e como esses de “dentro” devem ser tratados, e como os de “fora” devem ser detratados. O padrão se dá na definição de “dentro” e de “fora”, em uma relação política identitária.

O Clube deveria garantir um padrão de homogeneidade lançando para longe as ambivalências que impossibilitavam os nexos interpretativos da história que eles contavam para a nação e para si mesmos. Bauman nos sugere que “a intolerância é a inclinação natural da prática da política moderna”.⁵⁴ O “outro” é normalmente representando nos discursos como áreas proibidas, como a desordem, enfim como o colapso da lei. Tudo que escapa à inequívoca versão da ordem é configurado como uma anomalia e um desafio a ser superado. Vargas lança à mão um desafio para a nação.

Vitoriosa a Revolução de 1930 e instalado o novo governo, logo surgiram atritos entre as forças que sustentavam Vargas.⁵⁵ De um lado, colocavam-se os tenentes que se auto-intitulavam revolucionários autênticos. De outro, postulavam-se os políticos ligados a oligarquias dissidentes que haviam dado apoio à revolução. Nesse ambiente, os principais líderes da facção tenentista decidiram criar uma organização política que sistematizasse as propostas do grupo e unificasse sua atuação. O Clube 3 de Outubro, assim denominado em homenagem à data do início da Revolução de 1930, defendia em princípio o prolongamento de Governo provisório e o adiamento da reconstitucionalização do país.

Desde 1931 começam no país as cobranças pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Ficava claro que Vargas hesitava, entre mil pressões diárias vindas de todos os lados, por conta da ocupação de espaços de poder. Em entrevista ao *Correio da Manhã* o então ministro da Justiça, Oswaldo Aranha, avançou em limites perigosos, dizendo não existirem direitos adquiridos, porque eles provinham da Constituição que não existia mais - em referência a Constituição de 1891. Acentuou

⁵⁴ Ver Zygmunt Bauman, *Modernidade e ambivalência*, p.16.

⁵⁵ Sobre esses confrontos iniciais, Ângela de Castro Gomes (coord.), *Regionalismo e centralização política: partidos e constituintes nos anos 30*, p.501.

que a situação era de fato, em todo o país, não de direito e, assim, recebeu monumental onda de críticas.⁵⁶

Dos primeiros jornais a romper com a nova ordem, *O Diário Carioca* foi empastelado por membros do Clube 3 de Outubro. Vários protestos oriundos da ABI - Associação Brasileira de Imprensa - vieram a partir deste evento, marcando o primeiro confronto significativo entre o Governo provisório e imprensa. A solidariedade da ABI ao Diário Carioca foi total, tendo o episódio causado uma das primeiras grandes rachaduras na estrutura revolucionária que se apropriara do poder.

Raul Pilla e Borges de Medeiros – defensores da constituinte – lançaram um *Decálogo* contendo exigências dos partidos gaúchos, que, entre outras medidas, pediam o afastamento de Pedro Ernesto da interventoria do Distrito federal – recém empossado em setembro de 1931 – e a convocação da Assembléia Constituinte. Vargas não cedeu à exigência de demissão de Pedro Ernesto, mas comprometeu-se a realizar eleições para Constituinte no prazo de um ano.

O jornal *Diário Carioca* vinha fazendo severas críticas à postura e aos excessos dos tenentes.⁵⁷ Logo após o ataque ao jornal, pediram demissão o ministro da Justiça, Maurício Cardoso; o ministro do recém criado Ministério do Trabalho, Lindolfo Collor, e o consultor jurídico do Banco do Brasil, João Neves da Fontoura. O chefe de Polícia, Batista Luzardo, do grupo gaúcho, justificou sua saída, em entrevista ao *Correio do Povo* de Porto Alegre:

O Jornal [Diário Carioca] que tanto pregara a lei eleitoral seria o atestado vivo da repulsa que a decretação dessa lei despertava aos que ambicionavam poderes discricionários indefinidos. O vandalismo foi decidido dentro do Clube 3 de Outubro, e sob a inspiração de seis maiores foi engendrado o plano sinistro. Foi em automóveis e caminhões da prefeitura carioca e do Ministério da Guerra que os assaltantes se transportaram. Cerca de 160 homens participaram da empreitada aviltante, sendo cinquenta oficiais do exército brasileiro. É preciso corrigir uma assertiva em curso. Não eram delegações de diversos corpos e regimentos. Tudo fora previsto.⁵⁸

Contou Edmar Morel, em *A trincheira da liberdade*, que momentos depois do empastelamento do Diário carioca, o ministro da Guerra, general Leite de Castro, teria dito pelo telefone ao presidente provisório, Getúlio Vargas: “Houve o que eu há

⁵⁶ Arquivo Oswaldo Aranha, 37.05.02, seção recorte de jornais.

⁵⁷ Ver o *Diário Carioca*, nos meses que fecham o ano de 1931 e iniciam o ano de 1932.

⁵⁸ Sobre as notas dos acontecimentos, agradeço à editora Ana Gritz, pelo envio por e-mail do trecho citado.

muito previa. Os tenentes fizeram o que eu faria, se tivesse vinte anos”.⁵⁹ Portanto, havia o enfrentamento de três segmentos: os membros da imprensa, os tenentes e de membros do governo provisório. Começou então o confronto de posicionamentos. Os tenentes passaram a ser vistos como ‘eternos revolucionários’ e como no discurso de Leite de Castro, “se tivesse vinte anos”, forja-se a imagem do jovem de 20 anos, imaturo, inconseqüente... O governo não poderia ser eternamente provisório, nem mesmo as benesses da Revolução durariam para sempre.

Em seu *Traité de Sociologie générale*⁶⁰, Pareto cria a *Teoria dos Resíduos*, que se apresenta como uma espécie de análise teórica da natureza humana para o uso dos Sociólogos. O autor distingue seis classes de resíduos: ‘instinto das combinações’, ‘persistência dos agregados’, ‘necessidade de manifestar os sentimentos por meio de atos exteriores’, ‘resíduos relacionados com a sociabilidade’, ‘integridade do indivíduo e dos seus dependentes’ e ‘os resíduos sexuais’. Ficaremos com os dois primeiros que nos servirão de análise sociológica ao período estudado acima.

A primeira classe de resíduos corresponde à tendência humana em relacionar idéias a coisas. Esse instinto comporta a necessidade humana de dar lógica à sua existência. Ele estaria na raiz dos progressos intelectuais e civilizatórios. É a necessidade de ordenação da lógica ao mundo que criaria a renovação incessante das teorias e dos progressos científicos. O mesmo instinto pode estar na origem das condutas *não lógicas*.

A relação do segundo para o primeiro é significativa. A *persistência dos agregados* corresponderia à tendência humana em manter as combinações estabelecidas, a rejeitar transformações e aceitar uma vez por todas os imperativos. Com a primeira classe essas duas se relacionam por oposição: uma induzindo à instabilidade e a outra à conservação.

Por que relacionar essa teoria aos acontecimentos estudados? A Revolução de 1930 renovou o cenário político brasileiro em vários aspectos dando um ordenamento lógico ao mundo social. As transformações violentas desejadas por aqueles revolucionários se chocavam contra a resistência dos resíduos da segunda classe – nesse caso representados pelos elementos que apoiavam a continuação do *pacto de poder* que se estabeleceu na República Velha. Vencendo e tentando forjar uma nova ordem, os Revolucionários de 1930 bifurcaram-se em duas projeções de futuro: uns

⁵⁹ Ver Edmar Morel, *A trincheira da Liberdade*.

⁶⁰ Sobre essa teoria, Raymond Aron, *As Etapas do pensamento Sociológico*.

queriam continuar a Revolução, como era o caso dos tenentes e dos membros do Clube 3 de Outubro; outros queriam ‘travar’ o processo revolucionário persistindo quanto aos elementos agregados até então, agindo sob a influência de um resíduo da *persistência dos agregados*, o qual incitava-os a tratar uma abstração como se fosse realidade, a personificar uma idéia e emprestar uma vontade a tais abstrações personificadas. A revolta ou *Revolução Constitucionalista* – como anunciavam seus representantes – alertou o governo de que era chegado o momento de pôr fim ao caráter revolucionário do regime.

Teve início, portanto, o declínio da credibilidade dos tenentes. A própria imagem de Pedro Ernesto, que não era um militar, mas era considerado um “tenente civil”, veio pela primeira vez a ser contestada. Um elo fora rompido: entre os tenentes e os membros do governo provisório. Mas como veremos a seguir, isso ainda não seria suficiente para afastar Pedro Ernesto do *centro*.

O episódio do empastelamento do *Diário Carioca* teve impactos de outra ordem. Foi decretada pela ABI greve de 24 horas em sinal de protesto. A associação expediu dura nota, classificando o atentado de “crime que repugna a nossa consciência de jornalistas e de homens”, concluindo “esperar que as medidas tomadas pelos responsáveis pelas liberdades públicas resultem no sentido de ser reparada semelhante afronta à consciência jurídica nacional”.⁶¹

A censura por parte do governo provisório não demorou. *O Estado de São Paulo*, *Correio da Manhã*, *O Globo*, *O Jornal*, foram eminentemente vigiados. *O Estado de São Paulo* passou a atacar Getúlio Vargas (que julgava que os paulistas viviam à custa de outros estados), apesar de se solidarizar com as novas leis trabalhistas e com a sindicalização. Getúlio seria “uma esfinge, sapos, enfrenta crises no ministério, com ministro pedindo demissão todos os dias”.⁶² O que contrabalançava as críticas ao presidente eram as bem *vindas* reformas sociais: salário mínimo, horas extras e férias remuneradas de vinte dias, pensões, aposentadorias, proteção ao trabalho do menor e da gestante, tratamento de saúde gratuito e estabilidade no emprego após dez anos.

Em fevereiro de 1932, o Clube 3 de Outubro sob a presidência de Pedro Ernesto, divulgou o esboço de seu programa, que orientou a atuação de seus integrantes na vida política brasileira. O documento, além de criticar o federalismo oligárquico vigente na República Velha, defendia um governo central forte; a intervenção estatal na

⁶¹ Arquivo Pedro Ernesto, PEB 36.09.03.

⁶² *O Estado de São Paulo*, 14/03/1932.

economia com objetivo de modernizá-la; a convivência da representação política de base territorial com a representação corporativa, eleita por associações profissionais reconhecidas pelo governo; a instituição de conselhos técnicos de auxílio ao governo; a eliminação do latifúndio mediante tributação ou simples confisco; a nacionalização de várias atividades econômicas, como transportes, a exploração dos recursos hídricos e minerais, a administração dos portos etc; a instituição da previdência social e da legislação trabalhista.⁶³

Ainda em fevereiro de 1932, o governo federal, contrariando as pretensões do Clube, promulgou o Código Eleitoral, primeiro passo para a re-constitucionalização do país reivindicada pelos grupos políticos tradicionais. Cabe lembrar que durante o ano de 1931, o governo Vargas manteve-se muito próximo das teses tenentistas, a ponto de se dizer que o Brasil era o país dos “tenentes”.⁶⁴

O estado de São Paulo havia sido a principal base política do regime da Primeira República, e por isso era visto por vários membros do Governo Provisório como um potencial foco oposicionista. Lideranças civis e militares pressionaram então Getúlio Vargas para que não deixasse o governo estadual nas mãos do Partido Democrático de São Paulo, alegando que o PD havia apoiado a Aliança Liberal e a Revolução de 1930, mas não se envolvera diretamente nos eventos revolucionários. Diante dessas pressões, Vargas terminou por indicar para os cargos de interventor e comandante da Força Pública de São Paulo os líderes tenentistas João Alberto e Miguel Costa.

A exclusão do Partido Democrático teve como principal resultado o início de uma campanha de mobilização da sociedade paulista. A palavra de ordem era a imediata reintegração do país em um regime constitucional. Essa reivindicação era rechaçada pelos ‘tenentes’, interessados em manter um governo discricionário para promover mais facilmente as mudanças que consideravam necessárias.⁶⁵ Desta forma os interesses entre governo e alguns tenentes se manifestavam em caminhos opostos.

Escreveu Menotti del Picchia em *A Revolução Paulista*:

O povo quer alguma coisa. A fórmula exterior e freudiana do seu amorfo e incubado querer se exprime pelo seu contínuo brado coletivo, espécie de improvisada Marselhesa que a multidão em coro brandou pelas ruas: ‘Nós

⁶³ Arquivo Clube 3 de Outubro, CO 62.04.06.

⁶⁴ Sobre esta idéia consta, Dulce Pandolfi e Mário Grynszpan, *Da Revolução de 30 ao golpe de 1937: a depuração das elites*, p. 48.

⁶⁵ Governo discricionário: sem limites, como constava nas teses tenentistas.

queremos Getúlio...’ Esse era o refrão de 30. ‘Nós queremos trincheira!’ – esse foi o imperativo grito do paulista quando as primeiras forças abandonaram as fronteiras do Estado, marcadas a sangue pela bravura bandeirante. Esse ‘nós queremos’ é um tremendo símbolo: símbolo de uma contínua e não apaziguada inquietação interior no âmago das massas atormentadas por males obscuros, ainda não diagnosticados ou ainda não medicados com acerto.

As palavras de Del Picchia marcam dois momentos simbólicos à ‘Paulicéia’: o ano de 1930 e o ano de 1932. Durante a primeira revolução⁶⁶ o povo quis Getúlio. No momento em que o autor compunha sua obra, o povo queria trincheiras, contra Getúlio. Del Picchia se utiliza símbolos, que se estruturam e se repetem no ‘imaginário ocidental’, para dar ‘ordem’ e ‘significado’ ao discurso revolucionário. O brado coletivo era uma “espécie improvisada de Marselhesa”. As revoluções – ou ao menos o que os agentes históricos o adjetivaram ‘de’ – que sucederam a ‘Revolução Francesa’ de certa forma ‘reinventaram’ seus símbolos, como forma de afirmação. Essa força simbólica se associava a referências locais, como a “bravura bandeirante”. As palavras do autor dizem requerer ‘símbolos’, e é o que efetivamente faz o autor nas primeiras linhas, buscando dar lógica ao processo em curso.

Nos tumultuados anos iniciais da década de 1930 a guerra política se refletia nas lutas do campo simbólico. Como diz Gomes: “[...] É praticamente consensual reconhecer que em 1930 – e nos primeiros anos que sucederam a revolução – Vargas era um entre os homens que fizeram a revolução”.⁶⁷ A imagem populista de Vargas que forjou a “literatura populista”, parece ter sido posta como axioma, mas na verdade é um ‘erro’ de análise histórica, deixando de considerar uma das leis mais básicas do se fazer história: o questionamento das fontes. Os historiadores populistas deixaram se levar pela “ilusão das fontes”.⁶⁸ A imagem de Vargas e de seus seguidores durante o movimento paulista se afastou do consensual e hegemônico “pai dos pobres”. À imagem do presidente, feita pelas mulheres paulistas, era atribuída os símbolos da degradação. A imagem do presidente ‘populista’ fora uma invenção dos anos posteriores a 1930.

A campanha constitucionalista fez sua primeira vítima em julho de 1931. Sem condições de governar, o interventor João Alberto renunciou. Iniciou-se então um período de intensa luta política entre os diversos grupos que buscavam o poder em São

⁶⁶ Já que na ‘consciência paulista’ da época o movimento de 1932 fora também uma revolução.

⁶⁷ Angela de Castro Gomes. *A invenção do trabalhismo*, p.203.

⁶⁸ Expressão cunhada por Jacques Le Goff, in *A história problema*.

Paulo. Em um curto espaço de tempo foram indicados diversos interventores que caíam com a mesma facilidade com que subiam. Essa instabilidade decorria também do fato de que o ‘caso de São Paulo’ se tornava cada vez mais um problema político que ultrapassava as fronteiras do estado. Qualquer medida do Governo Provisório no sentido de atender ou não às reivindicações paulistas tinha repercussão política nacional. Setores políticos gaúchos e mineiros emprestaram solidariedade à campanha constitucionalista sem, no entanto, romper naquele momento com o governo de Vargas.

No final de 1931 e início de 1932, Vargas procurou conter as críticas organizando uma comissão, presidida pelo ministro da Justiça Maurício Cardoso, encarregada de organizar o novo Código Eleitoral. Em fevereiro de 1932, O Código Eleitoral foi publicado e um novo interventor foi nomeado para São Paulo, o civil paulista Pedro de Toledo. Os sinais de trégua emitidos por Vargas, no entanto, não arrefeceram os ânimos. Formou-se a Frente Única Paulista (FUP), cujos principais lemas eram a constitucionalização do país e a autonomia de São Paulo.

Posteriormente, Vargas marcou a data das eleições para dali a um ano. A medida não teve resultados práticos no sentido de conter a conspiração política. A morte de quatro estudantes paulistas em confronto com forças legais criou mártires; as iniciais de seus nomes (Miragaia, Marcondes, Dráusio e Camargo) foram usadas para designar uma sociedade secreta, MMDC, que tramava para derrubar o governo.⁶⁹

O movimento passou a ganhar as ruas da capital e do interior a partir de junho de 1932. Na linha de frente das forças rebeldes estavam remanescentes da Revolução de 1930, como Bertoldo Klinger e Euclides Figueiredo, e mesmo o antigo líder do levante de 1924, Isidoro Dias Lopes. A revolução teve apoio de amplos setores da sociedade paulista. Pegaram em armas intelectuais, industriais, estudantes e outros segmentos das camadas médias, políticos ligados à República Velha ou ao Partido Democrático. O que os movia era principalmente a luta antiditatorial.

A luta armada dos constitucionalistas ficou restrita ao estado de São Paulo. Os governos do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, que a princípio viam com bons olhos a campanha pela constitucionalização, resolveram não enfrentar a força militar do governo federal. Isolados, os paulistas não tiveram condições de manter por muito tempo a revolução.

Pedro Ernesto reforçou a segurança do governo no Distrito Federal,

⁶⁹ Bóris Fausto, *História do Brasil*, p. 650.

ordenando a prisão de vários elementos suspeitos de vinculação com a rebelião em marcha. Em 5 de julho de 1932, inaugurou no Rio de Janeiro a primeira convenção nacional do Clube 3 de Outubro – que entrara numa fase de acentuado declínio com o ataque ao *Diário Carioca*–, apresentando a proposta de transformar o Clube em partido político, rejeitada pela maioria de seus membros.

Em outubro de 1932 os paulistas assinaram a rendição. No período seguinte, Vargas emitiu dois sinais claros de que estava disposto a uma nova composição política com os paulistas: nomeou interventor o paulista e civil Armando de Sales Oliveira e adotou medidas que permitiram o re-escalonamento das dívidas dos agricultores em crise. No governo Armando Sales as elites políticas paulistas procuraram se reorganizar. O novo interventor teve um papel decisivo nesse processo, reconstruindo o aparelho administrativo paulista, destruído após anos de instabilidade política. Mas sua principal obra foi no campo da cultura com a criação da Universidade de São Paulo, que em pouco tempo se tornou responsável pela formação de uma nova elite político-intelectual destinada a influir no futuro do estado e do país.

Em novembro, após a derrota da Revolução Constitucionalista de São Paulo, Pedro Ernesto presidiu o primeiro Congresso Nacional Revolucionário, realizado no Rio de Janeiro, com a presença de delegações do Clube 3 de Outubro, da legião 5 de Julho, da Legião Paranaense, do Partido Liberal Progressista e do Partido Popular Progressista, os dois últimos de São Paulo, e até mesmo da Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento de inspiração fascista fundado um mês antes em São Paulo. O congresso resultou na criação do Partido Socialista Brasileiro, de efêmera existência, e na formulação de um programa a ser defendido na Assembléia Nacional Constituinte.⁷⁰

Os movimentos que sucederam a Revolução Constitucionalista expressam as contradições dos primeiros anos da década de 1930. O governo provisório desejava “pôr um fim ao processo revolucionário”. Por outro lado, o Clube 3 de Outubro organizava um Congresso Nacional Revolucionário. O Congresso por si mesmo representava suas contradições associando Partidos com percepções tão distintas quanto os socialistas e os fascistas. Em nenhuma nação ‘socialistas’ e ‘fascistas’ se juntaram em um congresso – os ideais da época moderna se configurariam pela homogeneidade de perspectivas e não pela convivência de posições tão distintas.

⁷⁰ Arquivo Clube 3 de Outubro, CO 67.06/08.

Os discursos de Vargas sobre a Revolução Constitucionalista mostram sua posição, não somente contra a revolução paulista, mas contra futuros movimentos que poderiam vir. No dia 11 de julho de 1932, uma segunda-feira, os principais jornais do Rio publicavam, sob o título de “Manifesto do Chefe do Governo Provisório”, as visões do próprio Vargas sobre o movimento paulista, que dizia:

É, porém, condição essencial a esse *desideratum* assegurar a paz e a tranqüilidade da nação, no que o governo se tem empenhado e se empenhará, decidido a agir sem desfalecimento de energia.⁷¹

A “tranqüilidade da nação” expressaria a própria visão de Vargas sobre a vitória da Revolução de 1930 e seu desejo de pôr fim ao processo. Seria a tentativa de se fazer “persistir os agregados”. Além dessa perspectiva podemos notar como força, também na palavra ‘tranqüilidade’, a noção que acabou sendo explorada de uma Revolução de 1930 “sem sangue e sem traumas” para a nação. Vargas, o “grande presidente”, fizera sua revolução sem causar traumas em seu povo – e essa imagem foi explorada a partir de então.

Continuou Vargas:

[...] Contrastando, justamente, com essa patriótica orientação, elementos descontentes e ambiciosos tentam estabelecer a anarquia e a confusão em São Paulo, desencadeando no seio de sua laboriosa e pacífica população um motim de objetivos puramente pessoais. É fora de dúvida, conseqüentemente, que lhes concedendo as intenções São Paulo, pela maioria de seu povo, não pode ser solidário com a desordem.

Essa parte do discurso é enfática. Os elementos revolucionários são chamados de *não-patriotas* já que contrastavam com a orientação patriótica do restante do país. Ao movimento são dados os desígnios da anarquia e da desordem, contrastando mais uma vez com a harmonia do restante do país. À população são atribuídos os adjetivos de pacífica e laboriosa. Como vimos, a população paulista, principalmente as mulheres atribuíam ‘imagens’ negativas a Vargas.

O presidente tentando reverter sua baixa popularidade para com a população paulista atribuíu a si os mesmos valores que eram valorizados na época. A literatura da época construía a imagem de um país pacífico, uma democracia racial e tentava desconstruir a noção de país degenerado, como vemos nas obras de Gilberto Freyre e

⁷¹ Utilizo neste trabalho a versão do Manifesto originalmente publicado no jornal *O Globo* em 11/7/1932.

Sérgio Buarque de Holanda. O termo *laborioso*, também é um atributo poderoso na época. O povo laborioso era o ‘que trabalha arduamente e com muito esforço’, para a construção da grande pátria. Dedicaremos todo o capítulo a seguir para discutir tais relações entre construção de imagens e a troca para com o povo, reforçadas também na percepção do ‘trabalho’. Mais uma vez “o povo paulista não poderia ser solidário com a desordem”, pois o ‘bom’ povo paulista queria a tranquilidade e a harmonia. Dessa forma Vargas tentava desconstruir as atribuições negativas que foram lançadas à sua pessoa durante a revolução.

Tentando controlar a situação política Getúlio Vargas ainda parabenizou Pedro Ernesto pela “valorosa guarnição da capital federal, coesas e irmanadas no mesmo ideal, deram belo exemplo de disciplina consciente e extremado patriotismo, colocando-se, firmes, ao lado do Governo Provisório”. Não obstante as teses tenentistas, Getúlio buscou evitar uma cisão completa com este segmento social. Cabe lembrar que alguns tenentes apoiaram a Revolução Constitucionalista e por outro lado o próprio Pedro Ernesto apoiara o Governo Provisório, não rompendo com o “centro de poder”.

Pedro Ernesto e Getúlio Vargas se mostravam como verdadeiros políticos pragmáticos – na concepção mais ampla de que Maquiavel designava o pragmatismo. Os primeiros anos da década de 30 foram momentos de disputas de posições. Todas as disputas nos campos de batalha política incitam a invenção de símbolos. Símbolos trazem à realidade histórica sinais, divisas, emblemas, marcas, indícios... As atribuições nunca são eternas, elas variam de acordo com a voz pela qual o discurso é emitido. Um indivíduo pode migrar do ‘herói’ ao ‘vilão’ de acordo com uma ampla concepção de imagens forjadas por diversas ‘facções’ do social. As atribuições simbólicas podem mascarar situações reinventando imagens. O sistema de propulsão simbólico é como um caleidoscópio: a cada nova imagem, formata uma concepção nova. Sua luta e a compreensão de seus significados são relacionadas a uma realidade histórica.

Os símbolos de ontem não podem ser entendidos hoje, sem a compreensão do tempo em que foram forjados. Os elementos simbólicos de ontem, chegam ao hoje com as percepções do tempo presente. As atribuições simbólicas, portanto, são ‘históricas e datadas’. As velhas charges dos jornais dos anos 30 não são capazes de fazer rir o homem do tempo final histórico sem sua compreensão conjuntural. Como bem escrevera Elias:

“... a maioria das pessoas são preocupadas demais com exterioridades (...) [e por isso] são mais influenciadas pelo que atinge externamente seus sentidos, especialmente quando as circunstâncias concomitantes são de ordem a afetar-lhes especialmente à vontade”.⁷²

Os símbolos buscam não só afetar os sentidos e as vontades, mas principalmente fazer com que o indivíduo que os interceptam tenham a sensação de estar trocando com os mesmos as paixões que são concomitantes aos seus mais íntimos desígnios. É por aí que se estrutura o ‘marketing moderno’, em muito influenciado pelas concepções políticas de seu público alvo.

Durkheim em seus escritos nos indica que há algo que atuaria como um “carisma inerente ao coletivo” que atemporal, abrangente, vital, emocionalmente coercitivo despertaria em membros de grupos um comprometimento profundo para com o mesmo e a sensação de um valor inigualável. Afirma Durkheim: “Enquanto pertencente à sociedade, o indivíduo transcende a si mesmo, seja quando pensa ou quando age”.⁷³ Homens e mulheres teriam dois tipos fundamentais de consciência:

“Longe de ser simples, nossa vida interior parece ter algo que seria como um duplo centro de gravidade. De um lado está a nossa individualidade e, mais particularmente, nosso corpo, que é a sua base; do outro, está tudo que em nós expressa alguma coisa que não nós próprios... [Estes] contradizem, se negam mutuamente”.⁷⁴

Durkheim propõe, portanto, um entendimento psicológico voltado ao social de contínuo fluxo e refluxo entre a singularidade egoística e a imersão numa comunidade. Segundo a sua interpretação, as paixões e os desejos dos indivíduos estão sempre subordinados aos do grupo, e os impulsos que motivam os grupos seriam de tipo e caráter bem diferentes dos que motivam os indivíduos que os formam. Seriam de ordem mais elevada, e transcenderiam interesses menores e desejos pessoais.

Em grupos, homens e mulheres podiam se livrar das suas identidades pessoais disparatadas e animais – e onde o pensamento escape da tarefa improdutiva de criar um mundo moral a partir de desejos humanos disparatados. Para Durkheim, o princípio criador é a participação conjunta em rituais sagrados altamente carregados e despersonalizados. A Revolução Francesa seria um exemplo desse ritual

⁷² Trecho retirado de Norbert Elias, *O Processo Civilizador*, p. 29.

⁷³ Citação extraída de *Carisma- êxtase e perda de identidade na veneração ao líder.*, de Charles Lindholm, p.106.

⁷⁴ *Carisma, êxtase e perda de identidade*, p.103.

despersonalizador e revigorante da era moderna. Ele sustentava que quando um certo número de pessoas se reúne, a intimidade física e a afinidade estabelecidas na multidão obrigam-na inevitavelmente a terem uma sensação de participação, mais do que de solidão; de cooperação, mais do que de competição; o poder supera a fraqueza.

O episódio do “empastelamento” do jornal Diário Carioca atesta a força de uma coletividade identificada para com o Clube 3 de Outubro, ou seja, de pessoas que tinham objetivos comuns e que tencionavam fazer do seu plano político uma ação sobre o presente para garantia do futuro pretendido. Tentando entender a ação desses homens no âmbito da sua identificação para com o grupo buscamos Durkheim, que nos diz que:

cada pessoa é conduzida pelo todo, numa celebração coletiva apaixonada, todos se sentem parte da verdade maior da comunidade atemporal e potente, acima das limitações individuais de mortalidade, interesse próprio e fraqueza pessoal. Os homens ficariam mais confiantes porque se sentem mais fortes; e realmente ficam mais fortes porque as forças que estavam adormecidas despertam na consciência.⁷⁵

O episódio do empastelamento do jornal também nos revela um outro ponto importante em toda relação de pertencimento a um grupo: a concepção binária da diferença. Essa concepção funda-se sobre uma construção de uma fronteira de exclusão. Para que o projeto identitário possa passar-se como firme, sólido e criador de um *telos* que explica o mundo, o processo exige a construção de um “Outro”. Um outro que lembrará quem está *dentro* dos limites que garantem as suas sensações de estabilidade e coerência. Essas diferenças são essenciais ao ato de significar.

Neste sentido temos discursos e ações que imprimem ao “outro” noções de “exterioridade”, “noções daquilo que representa a ameaça para o projeto que dá sentido à existência”, e sugere ao homem envolvido pelo “grupo” os locais que devem ser atacados para que seja garantida a ordem do mundo almejado. Então, a linguagem usada pelos discursos sempre apresentará o “outro” e suas ações com sentidos negativos. No nosso caso a interpretação dada pelos atores sociais contra o Clube 3 de Outubro age nesse sentido, aparecem expressões que designam “imaturidade” e “vandalismo” que estão associadas ao ato de “empastelar” o jornal.

Muito significativo também está o adjetivo usado na frase: “O Jornal [Diário Carioca] que tanto pregara a lei eleitoral seria o atestado vivo da repulsa que a

⁷⁵ Durkheim, 1965:387.

decretação dessa lei despertava aos que ambicionavam poderes discricionários indefinidos”.⁷⁶

Os adjetivos “discricionários” e “indefinidos” revelam exatamente o que propomos teoricamente no parágrafo anterior. “Discricionário” que propõe algo ‘livre de condições’, ‘não limitado’ e “indefinido” algo que não se pode delimitar, vago, incerto, indeciso e indistinto: dois adjetivos que representam a ameaça às ordens de mundo propostas. O vital era estabelecer a “ordem desejada”. Quando se atribui ao outro o predicativo de “discricionário” ou de “indefinido” sugere-se um atentado contra a pretensão de se dar ordem ao universo proposto. Todo predicativo encerra a definição, a qualificação ou um estado pensado de algo adjetivado. Temos uma curiosa frase de Coelho Neto, em entrevista a João do Rio que sintetiza esse “poder” da linguagem: “A palavra escrita vive do adjetivo que é sua inflexão”.

⁷⁶ Arquivo Pedro Ernesto, CO 67.06/08.